

O BRASIL E A INTEGRAÇÃO HEMISFÉRICA: vertente histórica

José Flávio Sombra Saraiva*

A história da integração hemisférica está dividida em três grandes capítulos com tempos diversos e características bem definidas. Cada um deles expressa sonhos de unidade, lutas políticas, convergências e divergências de interesses, bem como disputas acerca da própria construção do conceito da integração. As idéias e os homens que a imaginaram remontam ao passado. A consecução é obra dos homens do presente.

O Brasil, que teve e tem papel decisivo no experimento da integração hemisférica, foi um construtor de conceitos e um arquiteto apurado nos vários movimentos em que o continente, especialmente na sua porção meridional, buscou desenhar a integração hemisférica, particularmente a latino-americana. A evolução do pensamento político, empresarial e intelectual brasileiro mostra o quanto se avançou de uma posição romântica, quase messiânica acerca do valor da integração, para um sentido mais moderno, estratégico e prático do termo. Nos tempos mais recentes, em torno da construção do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Brasil pôde mostrar o quanto havia aprendido dos insucessos do passado. A história havia servido de lição.

* Ph. D. em Humanidades pela Universidade de Birmingham, Inglaterra, professor e coordenador do Programa de Doutorado em História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

O objetivo principal deste artigo é abordar, em uma vertente histórica, a inserção do Brasil nesses três momentos de construção da integração americana. O primeiro capítulo está voltado para as primeiras idéias integracionistas no século XIX; o segundo cuida das experiências mais modernas da integração latino-americana; o terceiro, que trata do Brasil no Mercosul, está apresentado de maneira a abrigar a idéia de ruptura histórica que o momento atual do experimento da União Aduaneira já representa para a história da integração americana.

Primeiro capítulo: o Brasil entre Monroe e Bolívar

Quando, no ocaso do ano de 1823, o presidente norte-americano Monroe anunciou, em sua mensagem ao Congresso Nacional, que seu país não admitiria que o Velho Mundo interferisse no Novo Mundo, surgiu a primeira matriz de uma idéia de integração. Por meio dela, os Estados Unidos arvoravam-se no papel de condutores e protetores da América e das soberanias dos países latino-americanos.

A chamada Doutrina Monroe, muito estudada e difundida no continente, deve ser vista com os olhos do seu tempo e não como um projeto imperialista norte-americano para o continente. Esse projeto inexistia no primeiro quartel do século XIX. O fenômeno da expansão norte-americana sobre o continente, impondo a regra do seu gigantismo econômico e político, emergiu mais tarde, na passagem do século, e foi recrudescido com a Guerra Fria em tempos mais recentes. De qualquer forma, a Doutrina Monroe, sintetizada no trecho do discurso presidencial que exortava "a América para os americanos", levou a uma concepção tutelada

da integração. Animado pelas perspectivas de ruptura com a Santa Aliança e as idéias de recolonização do continente americano, Monroe vislumbrava uma América forte e unida, sob o comando espiritual das idéias da liberdade de mercado e da democracia.

O Brasil, recém-saído da independência e ansioso para construir seu projeto de Estado e de Nação, procurou a afirmação internacional por meio do reconhecimento da independência e dos acordos desiguais que tornaram as primeiras décadas, após a independência, difíceis para a afirmação soberana do País. Mas o tempo passou, e a afirmação continental do Brasil foi se tornando realidade.

Os Estados Unidos estiveram presentes reconhecendo a independência e sugerindo a conversão do Império que nascia às regras da defesa dos interesses americanos contra o Velho Mundo. Esse é o sentido da Doutrina Monroe para o Brasil: uma proposição de inserção soberana do Brasil a partir da América e não da Europa.

Os apelos norte-americanos foram chancelados por lideranças como a do patriarca José Bonifácio, como evidenciam seus escritos. O Brasil Imperial, conservador politicamente, mas geograficamente unitário e soberano em suas ações externas, foi uma das conquistas históricas do século XIX. Do Visconde de Cairu a Joaquim Nabuco, passando por diferentes momentos de inflexão e reticências, o Brasil afirmou-se no conjunto das relações internacionais americanas e internacionais.

Mas a força maior do pensamento americanista de corte monroísta foi ter sido contraposto, em certa medida, por uma

outra matriz integracionista fundada pelos patronos da América Latina. Fundada por libertadores como Bolívar, Miranda, O'Higgins e outros, essa outra vertente veio impor limites às idéias de Monroe.

Para Simon Bolívar, principal articulador das independências na América do Sul, a integração americana viria pela adoção de republicanismos fortes que controlassem a desordem da transição colonial à independência. Francisco de Miranda e Bernardo O'Higgins viam a possível integração das repúblicas sul-americanas no conjunto de um projeto aristocrático e autoritário de que eles mesmos eram seus próceres.

O Brasil, isolado em sua vastidão, permaneceu quase separado da América Latina na primeira metade do século XIX. Havia desconfiança de Bolívar em relação ao Brasil. O Império, especialmente o reinado de um filho do rei de Portugal — D. Pedro I —, poderia significar a persistência das idéias recolonizadoras da Santa Aliança em território americano. Essas desconfianças se espraiaram pelo ideário político das elites *criollas* da América Latina por muito tempo.

A verdade é que tais idéias estiveram presentes nos congressos americanos e nos contatos diplomáticos entre os representantes dos governos, mas foram lentamente se dissipando ao longo do século passado. O final do século XIX e o início do século XX já vislumbravam a superação da idéia do Brasil voltado para o Oceano Atlântico. Depois dos conflitos do Rio da Prata, da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, dos contatos de brasileiros com uruguaios e argentinos no reavivamento dos ideais repu-

blicanos hibernados desde o período regencial, contatos mais ricos e estreitos foram estabelecidos pelo Brasil no continente sul-americano.

A culminação dos ideais anfictionicos de uma América Latina unida contra interesses imperiais, sejam norte-americanos ou europeus, permaneceu como uma espécie de utopia de Simon Bolívar. Suas concepções foram, assim, precursoras, ainda que de forma excessivamente romântica, de uma idéia ainda recorrente da América Latina unida e solidária.

A percepção dominante no Brasil acerca dessas noções de raiz bolivariana, no Império e na jovem República das primeiras décadas do presente século, sempre foi mais cautelosa. Em certo sentido, a política exterior do Brasil das primeiras décadas da República, marcada pelo modelo agroexportador e pela defesa dos interesses do setor agrário dominante no interior do Estado brasileiro, acompanhou as regras herdadas pela reação positiva que teve o País diante da construção das relações internacionais do mundo liberal do século anterior. Assim, o interesse para com a América Latina foi considerado, mas não priorizado.

Apesar da generalização da idéia do Brasil "de costas para a América Latina" ter permanecido forte no imaginário coletivo das elites brasileiras e latino-americanas, algumas experiências de formação de blocos políticos entre os países da região remontam ao início do século. O projeto do ABC (Argentina, Brasil e Chile) foi uma perspectiva animadora para as políticas exteriores no início do século. A gradual perda de importância da Grã-Bretanha na formação das relações internacionais dos países latino-americanos também animou experiências de

aproximação política do Brasil com os países da região ao longo da primeira metade do presente século.

Em todo caso, firmou-se, ao longo do tempo, certa tensão entre o monroísmo e o bolivarianismo. Um era apresentado como excludente do outro. O Corolário Roosevelt, quase cem anos depois, reani-mou, no início do século, o tema da vocação imperial dos Estados Unidos na América Latina. Para os céticos, inexistiam possibilidades criativas de integração na América com a inclusão do gigante do norte. Para os idealistas, só havia uma saída para a construção de uma forte inserção internacional da América Latina: a via da integração comercial e da concertação política.

Segundo capítulo: o Brasil olha para a América Latina

O Brasil viveu, ao longo do presente século, uma arrancada industrialista como nenhum outro país da América Latina jamais presenciou. Países como a Argentina e o México, pelas suas próprias proporções econômicas e estratégicas, acompanharam, ainda que com alguma distância, esse desenvolvimento, embora desigual, social e regionalmente, do Brasil.

A inserção internacional do Brasil reproduziu o modelo de desenvolvimento e foi tributário, em parte, dos arranjos da balança de poder internacional. Isso significou o enquadramento do País no ordenamento estratégico mundial gestado no final da Segunda Guerra Mundial. Daí o Brasil não ter se afastado dos conceitos produzidos pela Guerra Fria, como o de zonas de influência, de fronteiras ideológicas e de contenção do comunismo na América.

Por meio do sistema de benefícios e de barganhas que herdara da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou ser o aliado natural da potência imperial na América do Sul. E isso inibiu, em parte, tentativas de aproximação com alguns países latino-americanos, como a própria Argentina, que manteve uma posição de relativa neutralidade na guerra e no imediato pós-guerra.

O Brasil bebeu da amarga ilusão de que os benefícios da guerra e o sistema de barganhas herdado dela trariam naturalmente o desenvolvimento. Era o liberalismo puro que dominava as percepções brasileiras da ordem internacional que se inaugurava. Ela implicava uma priorização menor para o campo latinoamericano e uma escolha de parcerias internacionais mais próximas à potência hegemônica ocidental, ou seja, os Estados Unidos.

A ilusão foi sendo paulatinamente desfeita depois do governo de Dutra. O segundo governo de Vargas e o período de Kubitschek já demonstram um amadurecimento maior acerca da inserção internacional brasileira. Emergia, assim, a forma própria e original com que o Brasil viria a se inserir na ordem internacional até a década passada: a do modelo do nacional-desenvolvimen-tismo ou do nacionalismo de fins.

O novo modelo levou o Brasil à América Latina e afastou um pouco o Brasil dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, em muitos campos, tornaram-se rivais do Brasil. A América Latina, por outro lado, oferecia ao Brasil as possibilidades de novas parcerias econômicas e de alguma concertação política na busca conjunta

dos países da região de um lugar ao sol. O processo diplomático e comercial brasileiro da diversificação de parceiros e na busca de relativa autonomia e espaço de manobra para avançar no desenvolvimento industrial foi incluindo, paulatinamente, a aproximação com a América Latina.

Dessa forma, o cálculo estratégico das relações do Brasil com a América Latina conferiu um papel todo especial à reinserção internacional do Brasil nos anos 60, 70 e parte da década de 80. O Brasil criticou a distribuição de poder no sistema internacional, que havia congelado a possibilidade de emergência de novos centros de poder. Ao mesmo tempo, o País elegeu o pragmatismo e o ecumenismo ideológico, apesar da ditadura doméstica, como os melhores instrumentos para a ampliação dos seus espaços econômicos e políticos no mundo.

Apesar de ter se mantido em um sistema americano tutelado pela força militar, econômica e ideológica dos Estados Unidos, o Brasil nunca se apresentou como entusiasta de uma integração hemisférica total. O País tinha interesses mundiais a serem estimulados em uma era de incertezas e pululada pela emergência de novos centros de poder, como a Comunidade Econômica Européia e o Japão. Havia também novas possibilidades comerciais que se abriram com a África e o Oriente Médio nas décadas de 70 e 80.

A América Latina apareceu para o Brasil, a partir de então, como uma área de interesse potencial. O País reanimou, dessa maneira, os debates que vinham se desenvolvendo, desde os anos 50, acerca da criação de organismos multilaterais voltados para a

integração, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e, posteriormente, a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

A integração passou a ser um tema importante nas agendas das políticas exteriores dos países da região e foi impulsionada pelas idéias geradas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), do sistema das Nações Unidas. Uma das estratégias era a conquista do desenvolvimento pela inclusão dos intercâmbios regionais. A ausência de ajuda externa à região latino-americana, resultado do privilegiamento dos Estados Unidos às ajudas ao Japão e à Europa, e o esgotamento do modelo de comércio praticado pelo Brasil e pela Argentina levaram a uma aproximação maior dos países da América do Sul, pelo menos.

Além disso, a desigualdade dos preços internacionais, as dificuldades de acesso às novas tecnologias, tudo levava a um certo desencanto acerca da capacidade de sobrevivência de cada país, senão por meio da criação de entendimentos regionais. O primeiro processo mais concreto de cooperação regional, com essa perspectiva, a que o Brasil se empenhou em levar adiante, foi a Operação Pan-Americana (OPA). Desenhada por Kubitschek no jogo de forças do multilateralismo, o objetivo era atrair investimentos para o desenvolvimento do comércio inter-regional e o desenvolvimento industrial acelerado.

A Revolução Cubana e os esforços da Operação Pan-Americana serviram, em certa medida, para chamar a atenção da região latino-americana, em especial junto aos novos centros de poder no mundo. Mostrava-se ao sistema internacional que a América

Latina não era um mero "quintal dos Estados Unidos". Cuba funcionou como um instrumento de barganha. A tese era a de que o fim da pobreza na região era uma forma de afastar o perigo comunista na América Latina.

Várias outras experiências de formação de blocos regionais foram propostas naqueles anos. Seguindo os passos, ainda que tortuosos, de Kubitschek e das propostas da chamada "Política Externa Independente", Quadros propôs a formação de um bloco neutra-lista ao presidente Frondizi, da Argentina. Mas a proposta não foi levada adiante.

Outra interessante tentativa foi o Projeto da Bacia do Prata. Desenvolvido em torno da harmonização das políticas regionais para melhor aproveitamento do potencial hidráulico dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, os dois gigantes do sul — o Brasil e a Argentina — iniciaram entendimentos diplomáticos bilaterais sobre questão energética. O acordo protocolar, firmado pelos presidentes Castello Branco e Organia, veio a se tornar matéria difícil nas relações Brasil-Argentina durante quase todo o período dos governos militares em ambos os países.

O fracasso das iniciativas de Quadros e Castello mostrou que havia elementos de desconfiança entre os dois fortes da América do Sul. A própria industrialização acelerada do Brasil passou a ser vista não só pela Argentina, mas por muitos países sul-americanos, pelo crivo da suspeita e da ameaça geopolítica. Autores chegam a falar de idéias que se difundiram nas lideranças latinoamericanas da época e em muitos intelectuais à esquerda e à direita, de que havia um plano subimperialista do Brasil em associação com os Estados Unidos para recompor as forças na região.

No fundo, o peso das desconfianças (que faziam lembrar as imagens de Simon Bolívar já comentadas) condenou, em parte, ou talvez tenha retardado, a nova integração latino-americana. A própria expansão do livre-comércio na região, objetivo precípua da Alalc e depois da Aladi, ficou comprometida por visões nacionalistas, estereotipadas e conspiratórias da história.

Daí a importância da superação desses limites de ordem imaginária e política na aproximação do Brasil com os países latino-americanos. Eles vieram sendo derrotados lentamente, mas efetivamente, com o fim dos governos autoritários na região. A chamada "superação das controvérsias" com a Argentina em torno da questão do aproveitamento dos rios e da energia, a alvorada democrática na região e o apoio brasileiro à Argentina na questão das Malvinas, em 1982, foram passos fundamentais no desarmamento dos espíritos.

A crise econômica dos anos 80, associada ao reinício da normalidade democrática, ajudou na construção de uma nova percepção mais realista para a integração regional na América Latina. Os olhares do Brasil deixaram, em parte, a África e o Oriente Próximo (onde as potencialidades já tinham sido exploradas na década de 70) e voltaram-se para a América Latina.

A relevância da estratégia de aproximação Argentina-Brasil e do eixo industrial e comercial entre Buenos Aires e São Paulo animou a construção de uma ruptura histórica nas experiências de integração na América Latina. Nascia, depois de anos de cortejo e de protocolos bilaterais, como aqueles assinados por Sarney e Alfonsín em 1986, uma verdadeira zona de livre-comércio latino-americana a partir de quatro países localizados na porção austral da América.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

O nascimento formal do Mercosul, por meio da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, tornou-se já um marco na história da integração. O terceiro capítulo da integração passaria a ser, assim, menos propositivo e mais de resultados práticos já colhidos.

Terceiro capítulo: o Brasil e o Mercosul

O que justifica o otimismo para com o experimento recente do Mercosul? Quais suas diferenças em relação às experiências anteriores de integração na região? Por que ele é um marco na história da integração não só latino-americana, mas americana?

As respostas não são difíceis. Em primeiro lugar, o Mercosul avançou conceitual e empiricamente em relação à Alalc e à Aladi. A Alalc, formulada no Tratado de Montevideu, em 1960, foi herdeira da filosofia multilateralista e igualitarista de então. Prisioneira das discussões em torno das razões do atraso na América Latina e das visões idealistas de muitos estudos da Cepal, a Alalc não teve como construir um mercado livre na América Latina. As barreiras construídas contra essa possibilidade foram enormes ao longo de sua existência. Resistências políticas e desconfianças mútuas juntavam-se às disparidades entre as diversas economias dos países da região.

A visão idealista impregnada na Alalc impediu sua operacionalização. O tempo foi mostrando a impossibilidade da criação, por decreto, de mecanismos de aproximação comercial sem um lastro histórico, concreto e material que motive a real integração. Esta

foi uma falha da Alalc que não se transportou para o Mercosul. A eliminação das barreiras tarifárias é extremamente delicada, mas é o coração de qualquer tentativa de construção de uma zona de livre-comércio. O Mercosul avançou a passos largos nesse campo, em um cronograma acelerado que impressiona pelo seu dinamismo.

Em segundo lugar, no caso do Mercosul, a vontade política dos governos dos países contratantes no sentido de implementar as decisões vem sendo fundamental para o andamento do processo de integração. Tanto a Alalc como a sua sucessora Aladi — criada a partir da renegociação do Tratado de Montevideu em 1980 — pecaram em alguns postulados fundamentais: supunham a vontade intrínseca das partes contratantes, desconheciam as potencialidades mútuas e imaginavam que havia condições favoráveis à implementação de políticas nacionais suficientemente fortes para estimularem o processo de integração. Quase nada disso verificou-se na prática.

Em terceiro lugar, o Mercosul está sustentado em uma visão restritiva dos parceiros, ao contrário da dimensão continental dos experimentos integracionistas anteriores. A estratégia de negociação do Mercosul, organizada em torno de acordos setoriais entre parceiros restritos, mas representativos dos interesses fundamentais em jogo, em uma direção flexível e equilibrada, permite alta eficácia ao processo de integração comercial.

Em quarto lugar, predomina no Mercosul uma visão muito cautelosa acerca das possibilidades da integração hemisférica com os Estados Unidos. Apesar da Iniciativa das Américas — organizada pelos Estados Unidos e que visa ao estabelecimento de

uma zona de livre-comércio em todo o continente até 2005 — contar com o endosso do Brasil e dos seus parceiros no Mercosul, a idéia ainda é vista com reticências pelas diplomacias.

A idéia que se está firmando é a de começar o processo de aproximação com o North American Free Trade Association (NAFTA), e mesmo com a União Européia, a partir do próprio fortalecimento do Mercosul. A sua diluição, em uma área única de livre-comércio continental, não é satisfatória para os países contratantes do Tratado de Assunção. A inclusão seletiva do Chile, e mais proximamente da Bolívia, também sinaliza a tendência cautelosa e pragmática do experimento da integração sub-regional representada pelo Mercosul.

O Brasil é, assim, país satisfeito na sua inserção regional e sub-regional. Apesar das dificuldades do cronograma de integração apertado, das tarefas de coordenação política de economias nacionais ainda tão assimétricas e dos dois países maiores dominarem quase 90% dos intercâmbios, deve ser reconhecido que o realismo seletivo e gradualista do Mercosul é seu grande trunfo histórico quando comparado às experiências do passado na região do Cone Sul.

Em quinto lugar, o experimento do Mercosul é quase um imperativo de sobrevivência diante das dificuldades de construção de regras estáveis no sistema internacional do presente. Nesse sentido, o Mercosul distingue-se em muito dos seus antecessores, que tinham de lidar com uma conjuntura internacional que não lhes era favorável. O programa de integração do Cone Sul está ligado, hoje, a um processo mundial de regionalização que é muito forte. A chamada globalização dos problemas mundiais e a criação

dos megabloques são fatores de estímulo. A criação do Mercosul, nesse sentido, é muito mais que uma tendência da moda. É uma saída afirmativa para tempos de incerteza.

Os números também expressam os ganhos da integração platina. O Brasil, que negociava há cinco anos com os países do Mercosul em torno de US\$ 3,6 bilhões, hoje negocia em torno de US\$ 12 bilhões, deslocando vários eixos tradicionais de intercâmbios para a região do Cone Sul. Mesmo sendo o elo mais forte e menos dependente do bloco regional, o Brasil tem aumentado fortemente sua participação comercial com o Mercosul.

Em agosto de 1994, foi dado um passo fundamental pelo Mercosul no que tange à própria construção da integração americana: os países contratantes adotaram a Tarifa Externa Comum (TEC). Experimento arriscado, mas necessário, no caminho da integração, assinou-se em dezembro do mesmo ano o Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu o 1º de janeiro de 1995 como o início da União Aduaneira.

Pela TEC estabeleceu-se uma lista de cerca de oito mil produtos sobre os quais incidiu uma lista de exceções relativamente pequena por parte do Brasil. Alguns setores estarão aplicando os níveis estabelecidos pela TEC somente a médio prazo. Parabéns de equipamento, a tarifa adotada é de 14% e só entrará em vigor a partir de janeiro de 2001. Os produtos de informática e de telecomunicações terão sua tarifa comum em torno de 16% em janeiro de 2006. O setor automobilístico recebeu tratamento especial.

Em sexto lugar, o Mercosul não é só um mercado. As dimensões das coisas cotidianas e dos cidadãos começam a tomar relevo.

Poucos analistas imaginavam, há bem pouco tempo, que o Mercosul pudesse chegar a essas dimensões. Alguns até argumentavam que esses temas não mereciam tratamento do governo, mas eles passaram a contar na agenda dos negociadores.

Cada vez mais eleva-se o cidadão ao centro do processo integracionista. A segurança dos avanços obtidos nas questões tarifárias, na Política Agrícola Comum (PAC), nas barreiras não-tarifárias, nas discussões sobre a eficiência e a qualidade, na harmonização de políticas de estabilização monetária e fiscal, permitiu que se aventassem as discussões acerca de campos menos pragmáticos. A última reunião de cúpula, realizada na Argentina, chamou a atenção para a dimensão humana e social da integração.

Daí a relevância do processo negociador do Setor Educacional do Mercosul. Articulado desde o final de 1991, momento da Primeira Reunião de Ministros da Educação do Mercosul, onde foi rascunhado o Plano Trienal para o Setor Educacional, o ambiente educacional da região tem se modificado radicalmente ao longo desses anos. Da assinatura de protocolos de reconhecimento de títulos e diplomas, passando pelas tabelas de equivalências de anos escolares, o Setor Educacional tem animado a ruptura do isolamento cultural entre os países da região. Uma outra consciência, mais leve, menos rancorosa e nacionalista, brota entre os jovens estudantes do Mercosul. A expansão dos estudos das línguas espanhola e portuguesa nos quatro países, e fora deles, mostra a força espiritual que o Mercosul arrebatou.

Assim, que não haja dúvida, o Mercosul é uma ruptura na história dos processos de integração na América. Influenciados pela

onda de liberalização capitalista, os países contratantes não se deixaram dominar somente por esta dimensão. Inventaram um projeto de desenvolvimento para a região. De uma zona de livre-comércio evoluiu-se para uma união aduaneira ainda imperfeita, mas já em operação. Com personalidade jurídica internacional, o Mercosul assinou o primeiro acordo inter-regional com a União Européia em dezembro de 1995. Inédito em sua formulação, o acordo prevê avanços na aproximação entre os dois blocos ainda mais rápida que com o próprio Nafta.

Para concluir, é evidente que o Mercosul não é uma panacéia para os problemas da região. Ele também carrega conteúdos polêmicos e contraditórios que terão de ser enfrentados. Ao avançar os mecanismos de reestruturação da produção nos quatro países, excluiu os setores menos competitivos. Há custos sociais que são hoje cobrados pelas sociedades civis no interior de todos os países que vivem o novo experimento. Seus efeitos já se fazem sentir e serão, certamente, um grande desafio para um futuro já bem próximo.

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Renato, LERDA, J.C. (Orgs.). *Brasil-Argentina-Uru-guai: a integração em debate*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: EdUnB, 1987.
- BOLETIM DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Brasília, n.1-15,1991-1995.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores.*Mercosul: origem, legislação, textos básicos*. Brasília: MRE, 1992.
- CERVO, Amado L.,BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- EL REGIONALISMO abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva com equidad. Santiago: Cepal, 1994.
- GUIMARÃES, Samuel P. Aspectos econômicos do Mercosul.*Revista Brasileira de Política Internacional*, v.39, n.1, p.19-35, 1996.
- MONIZ BANDEIRA, L. Alberto. *O eixo Brasil-Argentina: o processo de integração da América Latina*. Brasília: EdUnB, 1987.
- RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Brasília, 1991-1993.
- SARAIVA, José Flávio S. A educação no Mercosul: uma experiência romântica e viável de integração. In: *Desafios da educação no século XXI: integração regional, ciência e tecnologia*. São Paulo: ABM, Instituto Brasileiro de Qualidade do Ensino, 1995, p.65-74.
- _____. Las políticas educativas y de ciencia y tecnica. In: RAPOPORT, Mario. *Argentina y Brasil en el Mercosur: políticas comunes y alianzas regionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994, p. 132-144.
- VIGEVANI, Tullo, VEIGA, João P. Mercosul: interesses e mobilização sindical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.39, n.1, p.48-71, 1996.